



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

DESPACHO

De: DER-SEL

Para: SUPEL-ZETA

Processo Nº: 0009.401375/2020-65

Assunto: REVOGAÇÃO DO PROCESSO

Senhor Superintendente,

Em que pese o grande índice de pedidos de impugnação e esclarecimentos, vimos cordialmente, após análise minuciosa, informar que o referido objeto não atende as necessidades deste DER-RO.

Tendo em vista que, o presente processo, trata-se de agente de portaria, e as atividades deste profissional resume a: receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do fórum; Controlar a entrada e saída de pessoas no recinto de trabalho e Fiscalizar as dependências destinadas ao público, para que nelas sejam mantidas a ordem, silêncio, não atende as necessidades desta Autarquia e de suas respectivas Regionais, uma que vez, é necessário profissionais de segurança, com o objetivo de dar bom andamento das atividades técnicas, administrativas, bem como cuidar e propiciar condições adequadas de proteção e resguardo ao Patrimônio Público, incluindo suas edificações, instalações, mobiliário, valor humano e acervos, de possíveis ações nefastas de terceiros, objetivando ainda:

a) Garantir a integridade física de todo o acervo patrimonial do Governo do Estado, disponíveis à responsabilidade do DER-RO, contra a ação de terceiros, não permitindo a sua depredação, violação, evasão e apropriação indébita e etc;

b) Acionar os órgãos de segurança em casos de incêndios ou outros fatos ou fenômenos que coloquem em risco os serviços, o patrimônio e a vida dos servidores, dando imediato conhecimento a Administração deste DER-RO e aos órgãos competentes, possibilitando uma reação imediata.

Pelo exposto, observa-se que tais atividades não são pertinentes à função de agente de portaria, e, sim, vigilante, o que torna tal licitação não necessária e ineficaz para o interesse desta Autarquia.

Nesse sentido, o artigo 49 da Lei nº 8.666/1993 traz o seguinte enredo:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Ainda, o Supremo Tribunal Federal informa que:

Súmula 346 - STF

A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos. Ao Estado é facultada a revogação de atos que reputa ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo.

SÚMULA 473 - STF

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Diante do exposto, e, considerando os fundamentos legais para o feito, revogamos o processo em epígrafe, tendo em vista que o objeto não atende as necessidades deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes DER-RO.

DE ACORDO:
DAVI MACHADO DE ALENCAR
DIRETOR EXECUTIVO DER/RO

Polliane Queiroz Ravani
Assessora DER-SEL

Adamir Ferreira da Silva
Coordenador Administrativo e Financeiro DER-CAF



Documento assinado eletronicamente por **DAVI MACHADO DE ALENCAR, Diretor(a) Executivo(a)**, em 11/05/2021, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADAMIR FERREIRA DA SILVA, Coordenador(a)**, em 11/05/2021, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Polliane Queiroz Ravani, Assessor(a)**, em 11/05/2021, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Diretor(a)**, em 12/05/2021, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0017872741** e o código CRC **9DE59F68**.

